

LEI Nº 021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012.

"Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de São José do Barreiro, Estado de São Paulo, para o Exercício Financeiro de 2013".

JOSÉ MILTON DE MAGALHÃES SERAFIM, Prefeito Municipal de São José do Barreiro, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais Faz Saber que a Câmara Municipal de São José do Barreiro, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - O Orçamento Geral do Município de São José do Barreiro para o exercício financeiro de 2013 que estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 15.890.000,00 (quinze milhões, oitocentos e noventa mil reais) do Orçamento Fiscal, sendo R\$ 15.296.000,00 (quinze milhões, duzentos e noventa e seis mil reais) para o Poder Executivo Municipal e R\$ 594.000,00 (quinhentos e noventa e quatro mil reais) para o Poder Legislativo Municipal.

Artigo 2º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de Tributos, Transferências, Rendas e Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

RECEITAS

RECEITAS CORRENTES	14.946.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	944.000,00
	=====
TOTAL:	15.890.000,00

Artigo 3º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

II - POR FUNÇÕES DE GOVERNO

01 - Legislativa	594.000,00
04 - Administração	2.415.000,00
08 - Assistência Social	625.000,00
10 - Saúde	3.041.000,00
12 - Educação	5.431.000,00
13 - Cultura	2.000,00
15 - Urbanismo	1.096.500,00
17 - Saneamento	187.000,00
18 - Gestão Ambiental	230.000,00
20 - Agricultura	159.000,00

CNPJ – 45.200.623/0001-46

Rua José Bento Teixeira – 45 Tel 12 3117 - 9200

23 - Comércio e Serviços	788.000,00
26 - Transporte	614.000,00
27 - Desporto e Lazer	357.500,00
28 - Encargos Especiais	190.000,00
99 - Reserva de Contingência	160.000,00

TOTAL:

15.890.000,00

III- POR SUBFUNÇÕES

031 - Ação Legislativa	594.000,00
121 - Planejamento e Orçamento	1.574.000,00
123 - Administração Financeira	841.000,00
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	101.500,00
244 - Assistência Comunitária	523.500,00
301 - Atenção Básica	3.003.000,00
304 - Vigilância Sanitária	28.000,00
305 - Vigilância Epidemiológica	10.000,00
361 - Ensino Fundamental	4.584.000,00
362 - Ensino Médio	111.000,00
365 - Educação Infantil	676.000,00
366 - Educação de Jovens e Adultos	60.000,00
392 - Difusão Cultural	2.000,00
451 - Infra-Estrutura Urbana	17.500,00
452 - Serviços Urbanos	1.079.000,00
512 - Saneamento Básico Urbano	187.000,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental	230.000,00
606 - Extensão Rural	159.000,00
695 - Turismo	788.000,00
782 - Transporte Rodoviário	614.000,00
812 - Desporto Comunitário	89.500,00
813 - Lazer	268.000,00
846 - Outros Encargos Especiais	190.000,00
999 - Reserva de Contingência	160.000,00

TOTAL

15.890.000,00

1 - GESTÕES VOLTADAS P/ O DESENV. E INOVAÇÃO PROC LEGIS	594.000,00
2 - PROMOÇÃO DE GESTÕES ADM. E DE RECURSOS HUMANOS	1.414.000,00
3 - PROGRAMAS DE INCREM. DA GESTÃO FAZENDÁRIA E DE FINEC	1.181.000,00
4 - PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E ESTRATÉGIAS	10.000,00
5 - GESTÕES P/ DESEN. DO SETOR DE EDUCAÇÃO	5.463.000,00
6 - PROG. DEST. DESENV. SUST, QUALID DE VIDA E SAÚDE	3.228.000,00
7 - IMPLEMENTO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	625.000,00
8 - DESENV DE AÇÕES DESTINADAS A INFRAESTRUTURA	614.000,00
9 - PROGRAMAS DEST AO DESENV URBANO E INFRAESTRUTURA	1.096.500,00
10 - IMPLEMENTAÇÃO E INCENTIVO À PRODUÇÃO RURAL	159.000,00
11 - PROG DEST AO DESENV E PROMOÇÃO DO TURISMO	1.113.500,00

CNPJ - 45.200.623/0001-46

Rua José Bento Teixeira - 45 Tel 12 3117 - 9200

13 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	160.000,00
14 - PROG DEST AO DESENV E PROMOÇÃO DA CULTURA	2.000,00
15 - AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	230.000,00
	=====
TOTAL	15.890.000,00

V - POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

DESPESAS CORRENTES	13.293.000,00
	=====
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.720.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.573.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.437.000,00
	=====
INVESTIMENTOS	1.707.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	10.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	720.000,00
	=====
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	160.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	160.000,00
	=====
TOTAL	15.890.000,00

VI - POR ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

01.00 - PODER LEGISLATIVO	594.000,00
01.00 - GABINETE DO PREFEITO	147.000,00
02.00 - SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.277.000,00
03.00 - SETOR DE FINANÇAS	1.341.000,00
04.00 - DIRETORIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	5.431.000,00
05.00 - DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO	3.228.000,00
06.00 - SERVIÇOS DE PROMOÇÃO SOCIAL	625.000,00
07.00 - SERVIÇOS DE ESTRADAS DE RODAGEM	614.000,00
08.00 - SETOR DE SERVIÇOS URBANOS	1.096.500,00
09.00 - SETOR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	389.000,00
10.00 - SETOR DE CULTURA, ESPORTES, TURISMO E LAZER	1.147.500,00
	=====
TOTAL GERAL:	15.890.000,00

Artigo 4º - O Orçamento da entidade CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO para o exercício de 2013, será de R\$ 594.000,00 (quinhentos e noventa e quatro mil reais).

CNPJ - 45.200.623/0001-46

Rua José Bento Teixeira - 45 Tel 12 3117 - 9200

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	594.000,00
	=====
TOTAL	594.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade Câmara Municipal de São José do Barreiro será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	569.000,00
	=====
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	382.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	187.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00
	=====
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	25.000,00
TOTAL	594.000,00

Artigo 5º - Os recursos da Reserva de Contingência, nos termos do disposto na Lei Complementar 101/2000, serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos e para obtenção de resultado primário.

§ 1º - Os recursos que, em decorrência de veto ou emenda ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados para abertura de créditos especiais ou suplementares, mediante prévia autorização Legislativa.

§ 2º - Conforme dispõe a Lei Complementar 101/2000, entende-se como "outros riscos e eventos fiscais imprevistos" as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor no Orçamento.

Artigo 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à abertura de créditos adicionais suplementares, mediante Decreto Executivo, nos termos do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o Art. 7º da Lei Federal nº. 4320/64, até o limite dos índices de variação da moeda no exercício, a conta de recursos provenientes dos

CNPJ – 45.200.623/0001-46

Rua José Bento Teixeira – 45 Tel 12 3117 - 9200

ítem constantes do Art. 43 da Lei 4.320/64 e respeitada a Lei 101/2000 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de Créditos Suplementares à conta de recursos provenientes de arrecadação de Convênios não previstos na receita orçamentária, desde que respeitados os objetivos e metas da programação do Convênio, os programados por esta Lei e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.


§ 2º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, e serão excluídos do limite estabelecido para abertura de créditos adicionais.

Artigo 7º - Nos termos da Lei Complementar 101/2000, não existe previsão orçamentária de concessão de incentivo ou benefício de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receitas de qualquer tipo.

Artigo 8º - Ficam convalidadas as alterações dos programas indicadores, metas e ações realizadas no Plano Plurianual – PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, anexadas e utilizadas para a elaboração da presente peça orçamentária.

Artigo 9º - A presente Lei entra em vigor a 1º de janeiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

São José do Barreiro, 10 de dezembro de 2012.



JOSÉ MILTON DE MAGALHÃES SERAFIM
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal na data supra.



ANTONIO GONÇALVES
Assistente Administrativo